

Negacionismo, revisionismo e História Pública: Brasil entre armas e livros sob uma perspectiva crítica

Negacionismo, revisionismo y Historia Pública: Brasil entre armas y libros desde una perspectiva crítica

Negacionism, revisionism and Public History: Brazil between weapons and books from a critical perspective

DOI: 10.22481/rbba.v14i2.15280

Cristiano Lima Ferraz

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7892167819457165>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2642-3592>

Endereço eletrônico: cristiano.ferraz@uesb.edu.br

Joao Henrique Rocha da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6297774427657517>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7271-1641>

Endereço eletrônico: riquesilvarocha8@gmail.com

Emanuelle da Silva Freitas

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2978470541745689>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2884-4226>

Endereço eletrônico: emanuellef.s04@gmail.com

Você não sente nem vê, mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo, que uma nova mudança em breve vai acontecer e o que há algum tempo era jovem novo, hoje é antigo. E precisamos todos rejuvenescer...

(BELCHIOR, 1976)

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 13	Num.2	Dez/2024	pps. 197-217
----------------	--	---------	-------	----------	--------------

Submissão: 29/08/2024

Aprovação: 27/09/2024

Publicação: 12/12/2024

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão acerca dos negacionismos que permeiam o tema da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Para tanto, analisamos o filme/documentário produzido pela Brasil Paralelo intitulado “1964: Brasil entre armas e livros”. Entende-se que este material seja representativo de uma forma de tratar a história que consideramos ser negacionista, apesar de se autodeclarar “revisionista”. Isso porque não se baliza pelos parâmetros científicos da pesquisa histórica e, mais que isso, procura, através do “revisionismo”, emplacar uma visão distorcida do passado a fim de legitimar interesses políticos, econômicos e sociais no presente. Assim, faz-se necessária uma análise dos falseamentos e interesses por trás dessas pretensas revisões sobre o passado, partindo dos métodos e ferramentário da história enquanto ciência. É urgente a entrada dos historiadores nestas discussões, procurando debater e construir uma história pública de qualidade.

Palavras-chave: Revisionismo histórico. Negacionismo histórico. História pública

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre los negacionismos que rodean el tema de la dictadura militar en Brasil (1964-1985). Para ello, analizamos el filme/documental producido por Brasil Paralelo titulado “1964: Brasil entre armas y libros”. Se entiende que este material es representativo de una forma de abordar la historia que consideramos negacionista, a pesar de autodenominarse “revisionista”. Esto se debe a que no se basa en los parámetros científicos de la investigación histórica y, más allá de eso, busca, a través del “revisionismo”, imponer una visión distorsionada del pasado con el fin de legitimar intereses políticos, económicos y sociales en el presente. Por lo tanto, es necesaria una reflexión sobre las falsificaciones e intereses detrás de estas supuestas revisiones del pasado, partiendo de los métodos y herramientas de la historia como ciencia. Es urgente que los historiadores participen en estas discusiones, buscando debatir y construir una historia pública de calidad.

Palabras clave: Revisionismo histórico. Negacionismo histórico. Historia Pública

ABSTRACT

The objective of this work is to make a reflection on the negacionism that permeates the issue of the military dictatorship in Brazil (1964-1985). To this end, we analyze the film/documentary produced by Brasil Paralelo entitled “1964: Brazil between weapons and books”. It is understood that this material is representative of a way of treating history that we consider to be negacionist, despite declaring itself “revisionist”. Nonetheless it is not guided by the scientific parameters of historical research and, more than that, it seeks, through “revisionism”, to establish a distorted vision of the past in order to legitimize political, economic and social interests in the present. Therefore, an analysis of the falsifications and interests behind these alleged reviews of the past is necessary, starting from the methods and approaches of history as a science. It is urgent for historians to enter these discussions, seeking to debate and build quality public history.

Keywords: Historical revisionismo. Historical negacionismo. Public history

INTRODUÇÃO

Segundo Bloch (2002), assim como existem pessoas propensas a mentir, existem também épocas “mitomanas”, nas quais essas mentiras são mais propensas a se propagar. Em tempos de negacionismo, onde a “pós-verdade” parece ter se instaurado, essa afirmação parece mais verdadeira do que nunca. Mas, como adverte o autor, não basta identificar a impostura. É preciso encontrar, por trás dela, o impostor, a fim de perscrutar suas intenções e objetivos. Portanto, é justamente isso o que se pretende fazer neste artigo, no qual procuramos analisar os embustes relacionados ao “negacionismo” e “revisionismo” acerca do período da ditadura militar (1964-1985), presentes no conteúdo produzido pela empresa Brasil Paralelo.

Em meados da década de 1980 o termo “negacionismo” foi popularizado para designar grupos ou indivíduos que negavam o extermínio dos judeus pelo nazismo. Evidentemente, eles mesmos se consideravam “revisionistas” (Valim; Avelar; Bevernage, 2021). Dado o caráter científico da história, é comum que existam revisões historiográficas, tanto a partir de novos modelos teórico-metodológicos quanto embasadas em novas evidências. Porém, como afirma Traverso (2017), os “negacionistas” da história conseguiram gerar uma confusão com o termo

“revisionismo”, atribuindo-lhe um caráter apologético e com objetivos políticos intrínsecos. A finalidade está sempre atrelada à construção de uma identidade no presente, por isso os temas escolhidos são sempre grandes acontecimentos fundacionais. Dessa forma, conforme indica Traverso (2017), tomamos o termo “história crítica” – absolutamente pertinente em um trabalho científico – a fim de evitarmos as confusões geradas pelo “revisionismo”, termo apropriado pelos “negacionistas”.

A demanda por história tem crescido no público leigo, mas, de acordo com Malerba (2014), vem sendo suprida por profissionais não treinados na academia. Tal situação coloca na ordem do dia o debate sobre “história pública”. Segundo o autor, o termo “história pública” surgiu nos Estados Unidos nos idos da década de 1970. Originalmente referia-se ao emprego dos instrumentos da crítica histórica e dos historiadores em espaços não acadêmicos, mas seu sentido tem se tornado bastante abrangente desde então. Para Malerba (2014) a “história pública” foi a porta de entrada para os “negacionistas” – embora nem todos o sejam –, embebidos de interesse meramente mercadológico. Suas características seriam a aversão à historiografia acadêmica, uma explicação do devir histórico a partir dos grandes personagens, atribuição de juízos de valor e uma narrativa anedótica ou pitoresca e de fácil compreensão.

Dessa forma, os “negacionistas” têm conseguido pautar o debate público, principalmente com a sua difusão pelos meios digitais, tornando imprescindível que os historiadores tomem parte nas discussões sobre “public history”. Segundo Rovai (2022), a “história pública” não se restringe aos espaços consagrados do saber, como a escola ou a universidade, mas se dá em diferentes espaços, nos quais é publicizada de formas diversas. Travar combates pela história não é tarefa fácil, mas é o único caminho para recuperar o seu caráter crítico, levando ao debate público informação de qualidade lastreada na ciência, o que não é possível sem um debate participativo com o público mais amplo sobre seus procedimentos, temas e problemas.

Nessa direção, a fonte que dá origem a este artigo é uma produção fílmica da Brasil Paralelo. Esta empresa foi fundada em 2016 e atua na produção de conteúdo digital multimídia, como filmes, documentários, cursos e séries sobre temas variados. Em seu site, na aba “sobre nós”,ⁱ eles se classificam como uma empresa de entretenimento e educação, “orientados pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo”. Seu propósito é definido como o resgate dos “bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”. Evidentemente, essa é a forma

que procuram escamotear seus interesses, através de uma pretensa “neutralidade”, uma suposta ausência de teor ideológico em suas produções, apesar de recorrerem constantemente a preceitos morais, ou mesmo informações equivocadas na análise de fatos históricos. Na verdade, produzem uma narrativa coerente, todavia historicamente e ideologicamente manipulada, como se verá mais à frente.

Em suas páginas, afirmam que seu financiamento advém das assinaturas e doações voluntárias.ⁱⁱ Segundo Mourão (2019), afirmar-se enquanto produtores autônomos de conteúdos que não dependem do governo é imprescindível para conseguir adesão. Ajuda a legitimar os discursos atuais da extrema direita de aversão à cultura, expressos no ataque à Lei Rouanet e Lei Paulo Gustavo.ⁱⁱⁱ Apesar disso, para a autora, existem indícios bastante claros das “relações políticas entre eles e os *think tanks* formados e sustentados pelo capital nacional e internacional” (Mourão, 2019, p. 438). Exemplo disso é a quantidade de “especialistas” pertencentes a grupos como o Instituto Liberal, Instituto Millenium, Instituto Von Misses Brasil e outros consultados por eles em suas produções.^{iv}

A fim de estabelecer um recorte, a pesquisa se deterá na análise do filme "1964: O Brasil entre armas e livros", que se encontra disponível no You Tube, onde já alcançou mais de 11 milhões de visualizações.^v Dirigido por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem, ele é o último de uma série de 7 documentários que procuram apresentar uma visão “alternativa” da história do Brasil. Sua escolha se baseia em dois pontos importantes para nossa reflexão. O primeiro é a facilidade de acesso e o seu alcance nas redes e plataformas digitais, o que permite refletir sobre os meios utilizados por esses “negacionistas”. Nessa “terra de ninguém” da internet, inventam um passado se passando por historiadores profissionais. O segundo são os interesses presentes nesse tipo de obra, da qual esse filme é apenas um exemplo entre diversos outros. Desse modo, se procurará demonstrar como estão articulados à ascensão da extrema direita e à falência do neoliberalismo no Brasil.

A Brasil Paralelo, no filme aqui delimitado, se apropria de revisões realizadas no âmbito da historiografia para aplacar sua visão absolutamente deturpada e falseada da realidade. Nos diversos embates travados em torno da memória da ditadura, tem sido resgatada uma memória “positiva”, uma visão mais “branda”, cuja finalidade é defender determinadas pautas ideológicas: seu objetivo “epistemológico é o de tornar admissíveis historicamente determinadas atitudes autoritárias”, como adverte Pimentel (2020, p. 92). O entendimento de tais embates exige a mobilização do conceito de consciência histórica. Para Rüsen (1992), a

“consciência histórica” é capaz de intermediar as relações entre os valores e a realidade orientada pela ação, ajudando nas tomadas de decisão no presente, daí a importância de se construir uma visão crítica da história da ditadura no Brasil. Esse instrumental crítico permitiria um debate público mais qualificado acerca das informações difundidas nas mídias sociais, como o mencionado filme.

Com essa perspectiva, procuraremos desvelar os embustes quanto dos interesses que permeiam o referido filme, localizando-os em um contexto de ascensão da extrema direita e legitimação de interesses políticos no tempo presente, como a difusão do neoliberalismo.

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E DO NEOLIBERALISMO

Nos últimos anos temos visto uma escalada da direita e extrema-direita em diversas regiões do mundo. Como advertia Hobsbawm, já na década de 1990,

infelizmente, à medida que se aproximava o novo milênio, as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1990 (Hobsbawm, 1995, p. 143).

O pensamento de extrema direita, embora não estivesse em evidência no debate público nas últimas décadas, existia de forma latente e minoritária em diversas sociedades contemporâneas e vem ganhando bastante força nos últimos anos. Para Santos e Obregón (2019), dois fatores ajudam a explicar essa guinada, a saber: a recessão econômica ocasionada pela crise econômica de 2008, que impactou a União Europeia, e a crise migratória em decorrência de guerras civis e das péssimas condições de vida em países emergentes, que direcionou um enorme afluxo de refugiados para a Europa. Mas esse movimento não emerge isoladamente na Europa, pelo contrário, sua ascensão aparece como um fenômeno global.

No Brasil alguns autores argumentam se tratar de um movimento “neofascista”, o que se caracteriza como “um movimento reacionário de massa”, como defende Boito Jr. (2020, p. 115). Todavia, adverte o autor, se a esquerda combatida pelo fascismo em suas origens era também um movimento forte e organizado, a “esquerda” combatida pelo neofascismo atualmente é desorganizada e frágil politicamente. Portanto, nessa nova conjuntura o “neofascismo” teve de se reorganizar a partir das redes sociais, não na luta contra um inimigo real, mas combatendo o seu fantasma. Assim, em linhas gerais os movimentos atuais de extrema-direita incorporaram novas tecnologias, tendo os meios digitais como uma das

principais ferramentas, haja vista a dificuldade de controle e a capilaridade da difusão do ódio como instrumento de poder. A comunicação é feita através de uma linguagem retórica fácil, simplista, direta, parcial e repleta de sensacionalismo que explora as mazelas cotidianas. Deslegitimam as lutas trabalhistas e movimentos sociais em nome de uma unidade inventada e do anticomunismo. Assim como o fascismo original, manipula sentimentos de ressentimento que mobilizam setores intermediários da população, em sua maioria.

Esse movimento foi antecedido, em grande medida, pela difusão das formulações neoliberais quanto à organização do Estado e sua função social. Essas teses começaram a ganhar vulto na Europa com a crise do Estado de Bem-Estar Social, no início da década de 1970, influenciadas pelos escritos de Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Eles atribuíam a crise à excessiva intervenção do Estado em gastos sociais, bem como à ação dos movimentos e dos sindicatos. Assim, para eles, o Estado deveria se restringir a estabilização da moeda e ao controle dos sindicatos, empreendendo reformas fiscais e dinamizando a desigualdade, considerada natural. A isso chamavam Estado Mínimo, o que a historiografia crítica chama de neoliberalismo (Anderson, 1995). A América Latina sofreu uma verdadeira escalada neoliberal, principalmente a partir de finais da década de 1980.^{vi} O movimento “neofascista” ruma a falência desse modelo neoliberal, assim como o fascismo original fizera com a derrocada do liberalismo, mobilizando principalmente setores da classe média.

Almeida (2018), discutindo o neoconservadorismo e o liberalismo no Brasil, procura situar o debate. Segundo ele, o conservadorismo clássico pregava a conservação de valores e instituições, enquanto o neoconservadorismo seria uma reação ao Welfare States (Estado de Bem-Estar Social), ao movimento da contracultura e à nova esquerda, situados historicamente no contexto do pós-Segunda Guerra. Para eles, a necessidade de conservação se relaciona com o capitalismo e suas formas sociais básicas, como o mercado, o dinheiro, o Estado, a malha jurídica, além da liberdade e igualdade, mas em uma perspectiva mercantil. Essa defesa intransigente do sistema através da legitimação de discursos ajuda no enfrentamento de suas inerentes crises, na qual cidadania e democracia aparecem apenas como um mero detalhe frente às necessidades de manter o mesmo sistema operando. Portanto, isso mostra que seu apego à democracia é bastante frágil e circunstancial, apesar da instrumentalização de um aparato supostamente liberal.

O fracasso econômico dos modelos neoliberais na América Latina possibilitou a ascensão da “Onda Rosa” latino-americana. No Brasil, essa nova onda foi marcada pela eleição

de Luiz Inácio Lula da Silva, vitorioso nas eleições de 2002. Silva (2018) argumenta que esses governos “renovadores”^{vii} introduziram mudanças importantes ao incorporarem as massas no arcabouço governamental, traduzido em políticas voltadas para a redução da miséria. Todavia, essas mudanças foram limitadas, focadas principalmente em políticas sociais de transferência de renda baseadas na expansão do consumo, mas sem garantir efetivamente serviços públicos de qualidade. Por sua vez, as instituições garantidoras da (limitada) democracia entraram em colapso após as manifestações de junho de 2013, pois que as novas formas de golpe são operadas sob a aparente legalidade, utilizando-se de ritos formais. Essas manifestações não se fizeram sem o apoio das massas populares, que doravante atuam como elemento ativo das transformações sociais e políticas, manifestando também suas insatisfações no tocante à piora das suas condições de vida em face das crises econômicas enfrentadas naquele momento.

Segundo Miguel (2018), a política desenvolvida pelos governos do PT foi marcada pela tentativa de acomodação de diferentes segmentos políticos. Todavia, alguns setores não aderiram a esse modelo, radicalizando seus posicionamentos na direção da extrema direita. Nessa linha, ele identifica três vertentes principais, sendo elas o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. A primeira, sob influência do neoliberalismo da escola austríaca, sacraliza o mercado como regulador das relações econômicas e sociais, entendido como antro da liberdade. O seu oposto é encarnado pelo estado, órgão regulador, numa contraposição grosseira entre liberdade e igualdade, na qual supostamente optariam pela primeira. A segunda vertente, ancorada no fundamentalismo religioso, anula o debate recorrendo às supostas verdades reveladas. A terceira seria uma reciclagem do anticomunismo dos anos de Guerra Fria, que agora combinava associativamente petismo e comunismo, procurando combater o “gramscismo cultural”. Essas vertentes foram bastante marcadas por um dualismo maniqueísta e seu alcance pode ser atribuído à competência com que utilizam os recursos tecnológicos (Miguel, 2018). Muitos desses elementos estão presentes no documentário analisado.

Desse modo, apesar de aparentemente desconexo, o levantamento do debate acerca da ascensão da extrema direita e do avanço do neoliberalismo é imprescindível para a reflexão sobre negacionismo e revisionismo, especialmente no Brasil. A maior parte dos argumentos instrumentalizados pela Brasil Paralelo são justamente para legitimar uma agenda neoliberal e neofascista dentro do debate público. Assim, apesar de se autodenominarem “revisionistas”,

ção, em verdade, “negacionistas” da história. Parte-se agora para o material, tentando perceber como ele recorre explicita ou implicitamente ao que foi discutido.

“1964: BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS” SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

O filme “1964: Brasil entre armas e livros”, foi lançado em 31 de março de 2019, uma data coberta de significado simbólico, pois marca os 55 anos do golpe militar de 1964.^{viii} A sua proposta é apresentar a ditadura imposta no Brasil a partir de então sob um viés “revisionista”, procurando supostamente revelar uma “versão escondida” sobre o período. Uma de suas teses é que a produção que predominou sobre o regime foi dominada pelo segmento ideológico da esquerda. Este pressuposto está expresso inclusive no título, enfatizando que, se os militares venceram nas armas, perderam no campo da cultura.

Para Luiz (2020), essas tentativas de se reconstruir um passado traumático da história do Brasil, sem levar em conta a historiografia produzida sobre o período, tem como finalidade produzir um conhecimento histórico com um viés político declarado. O discurso, necessariamente anacrônico, tenta forjar uma nova identidade para o presente, fazendo-se necessário a produção de uma “versão própria” do passado. Segundo Mourão (2019), são operações que buscam moldar a memória e construir um imaginário positivo do período ditatorial, mas como estratégia de luta política dos dias atuais. Dessa forma, ao propor revelar “a verdade não ensinada pelos professores de história”, reverbera os discursos do então presidente Jair Bolsonaro, além de grupos conservadores e neoliberais.^{ix}

O documentário é iniciado com a exibição de tiragens de jornais enquanto vozes de alunos narram supostas perseguições dentro das universidades por “fugirem da pauta da esquerda”. Assim justificam o objetivo do filme: dar voz a essa “versão” da história. Uma grande parte do tempo é dedicada a mostrar a Guerra Fria, que dividia o mundo entre os *mocinhos* (EUA) e os *bandidos* que queriam dominar o mundo (União Soviética) – o não alinhamento era impensável. Para Luiz (2020), essa retomada funciona como um ataque ideológico ao comunismo e como justificção do golpe, mas não contextualiza o período. O argumento segue a linha mestra de que o mundo estava polarizado, e o Brasil não escapou dessa disputa. Nessa perspectiva, haveria um objetivo muito claro de implantação de uma república comunista no Brasil. Este ponto é defendido a partir de uma longa exposição da atuação dos serviços secretos de países comunistas atuando no Brasil desde a década de 1950.

Para demonstrar a presença de espiões estrangeiros no Brasil eles se utilizaram de uma documentação encontrada nos arquivos da STB – *Státní Bezpečnost* (Segurança do Estado da Tchecoslováquia), que equivale a Política Secreta da Tchecoslováquia. Mas os documentos prescindem de análise, como se falassem por si mesmos, numa postura positivista com relação às fontes. Como Lobo (2022, p. 152) critica, essas “novas ‘descobertas’ são, por si mesmas, expressas como o ‘próprio acontecimento’”. Assim, evidencia-se um procedimento distante da análise historiográfica e um péssimo tratamento com fontes – erros grosseiros para quem se propõe fazer “revisão”.^x

A ênfase na presença do comunismo serve justamente para construir uma de suas teses principais: a de que haveria um golpe comunista em curso no Brasil, então os militares entraram em cena para “salvar” o país. Para eles, Goulart teria a intenção de implantar uma república socialista ou sindicalista, principalmente após a retomada do presidencialismo, em 1963.^{xi} A fala do jornalista Lucas Berlanza, um dos entrevistados, tenta contextualizar o momento do golpe. Segundo ele, na tentativa de escapar da crise, João Goulart juntara-se à extrema esquerda, “dali poderia sair um Estado Novo, um regime populista trabalhista, não propriamente comunista ou um regime comunista, ou uma coisa e depois a outra” (1964- 2019, 54min). Desse modo, endossam a tese dos próprios militares de que haveria dois golpes em curso, com uma clara preocupação de legitimar a ação dos golpistas que depuseram João Goulart. Nessa linha, a legitimidade encontraria respaldo também na população, que teria apoiado incondicionalmente ao golpe, como demonstra a fala do jornalista Fernão Mesquita, “o Brasil inteiro estava a favor de 64, a imprensa, a igreja, todo mundo” (1964- 2019, 58min). O maior símbolo desse apoio popular teria sido a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que é enaltecida como uma reação da população contra o comunismo.

A historiografia especializada contesta a perspectiva do “determinismo ideológico”, que pressupõe um campo restrito ou dualista de opções. Para Oliveira (2014), a burguesia nacional perdera a exclusividade frente ao capital externo, gerando uma crise do sistema populista vigente. Por outro lado, as chamadas “reformas de base”, com destaque para a reforma agrária, ameaçavam ainda mais os privilégios dessa classe.^{xii} Portanto, a ruptura democrática foi uma escolha que se traduziu em um novo acordo político, capaz de promover uma “modernização conservadora”, como aponta Carvalho (2019). Desse modo, colocou termo ao projeto de “modernização distributiva”, proposta do reformismo nacionalista (Neves, 2014).

Paradoxalmente, em face de sua debilidade, a burguesia se ancora em forças externas (imperialistas) sempre que seus privilégios são ameaçados, como argumenta Sodré (2014).^{xiii}

Em síntese, o que levou à deposição de Goulart foi o medo que a alta e média burguesia conservadoras tinham da “comunização do país”, mas principalmente o risco que as reformas de base representavam aos privilégios dessas classes. Desse modo, enquanto os militares estiveram convencidos na capacidade dos civis em manter as estruturas sociais e os privilégios desses grupos, não houve necessidade de um golpe. A fagulha que incendiou o barril de pólvora foi o incidente de insubordinação dos sargentos, o que mobilizara a oficialidade das três forças, pois era necessário “disciplinar” as forças armadas (Silva, 1998). Em síntese, apesar do exagero midiático, a burguesia se apavorou e aderiu ao golpismo. Nesse campo de disputas, a superação da crise incompatibilizara-se com a democracia, sendo resolvida à força pelos militares, através da supressão da classe trabalhadora e do combate aos movimentos sociais, como observou Singer (2014).

Esse medo foi habilmente canalizado para as massas através de jornais e grandes emissoras de TV. Importante ressaltar que as tiragens de jornais são exibidas ao longo de todo o documentário, às vezes sobrepondo a fala dos entrevistados. São tomadas como fones fidedignas que não necessitam de análise nem contexto, pois demonstrariam a “verdade” por si só. Todavia, deve-se advertir que a grande parte da mídia do período foi favorável ao golpismo, inclusive contribuindo para instalar um clima de medo do comunismo. Esse fato, sem dúvida, é um elemento muito importante para a interpretação desse tipo de fonte, mas absolutamente negligenciado em sua narrativa.

Tendo justificado o injustificável, o documentário procura marcar as diferenças existentes dentro do próprio exército. Assim, apresentam Castelo Branco como representante de uma ala intelectual e moderada das forças armadas, inclusive escolhido democraticamente. Essa fase inicial, considerada uma “meio ditadura”, convergia com os princípios e interesses dos liberais, considerados os arautos da democracia. Até mesmo as cassações de mandatos de parlamentares seriam legítimas dada a necessidade de defender o Brasil contra as forças socialistas. Em sua fala, Renor Filho defende que “as listas de cassação, os atos institucionais, até que não erraram muito, porque as pessoas ali cassadas, estavam realmente imbricadas com o serviço de inteligência estrangeiro”(1964- 2019, 1h15min).

Nesse ponto, deve-se perceber algumas questões não colocadas pelo documentário, mas que são de ordem imprescindível. A primeira ressalva é quanto à tradição golpista dentro da

própria UDN, tida por eles como defensora da democracia, mas que na verdade promoveram a queda de Vargas em 1954, e as frustradas tentativas de golpes em 1955 e 1961 (Fausto, 2014). Em segundo lugar, contesta-se a sua tentativa de enrustir a ditadura com um verniz democrático, argumento instrumentalizado pelos próprios militares e constantemente retomados como “revisão”. Essa ideia, todavia, atrelava-se à doutrina da “Aliança para o Progresso, promovida pelos Estados Unidos e que consistia no reconhecimento apenas de países sob regime democrático-representativos, como demonstrou Bandeira (2014). Contraditoriamente, incentivavam golpes naqueles países que se recusavam a romper relações diplomáticas com Cuba. Esse simulacro de democracia e funcionamento das instituições pretendia o não constrangimento dos EUA, que apoiavam o regime militar.

O terceiro aspecto articula-se com o anterior na contestação da ideia que dicotomizava as próprias forças armadas – moderados e linha dura. Muitos autores, para fins analíticos, reconheçam essa distinção, mas isso não significa negar a existência de uma ditadura desde o início. Dessa maneira, Calil (2017) observa que os “moderados” foram responsáveis por arregimentar o terreno e pavimentar a via de radicalização da repressão. Em suas palavras:

no período do governo Castelo Branco foram efetuadas centenas de cassações e prisões, disseminou-se a prática da tortura, foram fechados os partidos políticos, foi instituída a censura e foi constituído o aparato repressivo que propiciou a posterior intensificação da repressão (Calil, 2017, p. 99).

Os chamados Atos Institucionais são ilustrativos desse caráter autoritário desde o início do regime militar, visto que os quatro primeiros foram editados ainda no governo Castelo Branco. Segundo Fausto (2014), na prática, eles reforçaram o poder executivo, apagaram a importância do congresso, extinguíram a pluralidade partidária e aprovaram uma nova constituição, em 1967. Tudo isso joga por terra a lógica argumentativa que procura limitar a temporalidade da ditadura aos anos em que vigorou o AI-5 ou que pretende cobri-la de um verniz democrático. Contrapõe-se ainda à falácia dos Estados Unidos como os *mocinhos*, defensores da democracia, na perspectiva dicotômica defendida pelo filme.

No documentário, a ditadura é reconhecida apenas quando a dita “linha dura” chega ao poder, a partir do governo Costa e Silva, em 1967. O seu caráter repressivo é enfatizado, mas ao mesmo tempo justificado, pois combatiam as “gangs revolucionárias” que cometiam atrocidades contra a população. Se não negavam a violência praticada pelo regime, buscavam

equipará-la àquela praticada pelo “terrorismo” esquerdista; atrocidades eram cometidas de “ambos os lados”. Essa perspectiva é enfatizada pela fala narrador:

mesmo antes de 1964, guerrilhas rurais e grupos armados já existiam e estavam determinados a fazer a revolução. Após 31 de março de 1964 esses grupos passam a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a anos tenebrosos. O terrorismo revolucionário se torna cotidiano. O crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros (1964- 2019, 1h21min).

Existe, evidentemente, uma tentativa desqualificação dos movimentos de contestação ao regime autoritário. O objetivo é deslegitimar as lutas sociais do tempo presente, buscando criar uma memória menos traumática do período. Figuras que outrora foram perseguidas, presas e torturadas são desacreditadas. Nas palavras de William Waak, outro jornalista entrevistado, apenas "mais tarde as narrativas históricas vão ficando cada vez mais deturpadas em relação a esse período, até o ponto que hoje, infelizmente, parecer ponto pacífico que gente como a Dilma tivesse lutado pela liberdade, pela democracia ou pelos direitos humanos. Isso é uma falsificação histórica" (1964- 2019, 1h24min). Interessante é perceber que a Brasil Paralelo surgiu justamente quando Dilma Rousseff, então presidente, enfrentava um processo de impedimento. Contraditoriamente, muitos deputados votaram a favor do seu impedimento em nome de Carlos brilhante Ustra, reconhecido torturador. Assim, esse discurso parece mais atrelado às lutas políticas do presente do que ao passado. A questão que fica é: se a esquerda era tão articulada, organizada e bem armada, por que não houve resistência ao golpe? Nesse ponto, a própria narrativa entra em contradição.

O seu discurso não é apenas ideológico, como também permeada de falsificações históricas. Em seu artigo, Buzalaf (2019) analisa a produção audiovisual no filme *1964*, no qual aponta como o uso imagético é utilizado de maneira equivocada em diversos momentos. Em um desses casos, o narrador coloca que “em 1962, já se sabia da existência de pelo menos oito campos de treinamento das Ligas Camponesas. Essa foi a semente que seria mais tarde o MST”, ao mesmo tempo em que é exibida uma imagem de Sebastião Salgado. Porém, a imagem é de 1997. Outra imagem do mesmo autor foi associada à Guerrilha do Araguaia, mas na verdade trata-se do garimpo de Serra Pelada, em 1986. Evidencia-se o uso abusivo das imagens que, apesar de tornar a narrativa coerente, encontram-se manipuladas (Buzalaf, 2019, p. 5). Deve-se então mencionar que o discurso veiculado pela Brasil Paralelo está atrelado aos debates do tempo presente, justamente ligados aos interesses dos grandes latifundiários, que se opõem ao MST e outros movimentos sociais.^{xiv}

Em síntese, na percepção da Brasil Paralelo o dispositivo mais persecutório da ditadura militar (o AI-5) teria sido uma mera resposta à forte oposição que o governo sofria por parte desses grupos.^{xv} Todavia, reconhecem o endurecimento da “revolução” a partir de 1968, com a subida de Costa e Silva ao poder. Seu principal traço teria sido a aniquilação das lideranças civis “democráticas” que haviam apoiado ao golpe (sic), em favor de uma tecnocracia burocratizada que hostilizava a interferência civil. Nessa direção, a linha dura teria permanecido no poder na figura de Emilio Médici, mas em uma conjuntura totalmente diferente. Os ventos soprados pelo maio de 1968 teriam açoitado o nosso país, pregando a destruição da família e novas formas de expressão da luta de classes, “o Brasil se tornaria o país mais gramscista do mundo”.

Com a ascensão de Ernesto Geisel, o grupo de militares que não era afeito a um regime ditatorial voltava ao poder, dando início ao processo de abertura. Esse processo foi seguido por seu sucessor, João Batista Figueiredo. O que se verifica é que a sua compreensão da história é tributária de uma visão positivista, na qual o curso dos acontecimentos é explicado pelas grandes personagens. Poucos autores negam que Geisel tenha colocado em prática um projeto de “distensão”, mas o seu teor é discutível. Alfred Stepan (1986) esclarece que, no âmbito das discussões internas das forças armadas, ele representou uma ala favorável à “liberalização”, para o qual instrumentalizava parcelas da sociedade política e civil, mas isso não significa que tivesse em mente um regime democrático. Na verdade, a ideia de uma abertura “lenta, gradual e segura” visava justamente garantir os privilégios que a ditadura conquistara para determinadas classes (Fausto, 2014).

Para arrematar sua argumentação, retomam as questões culturais e a degradação moral, em grande medida tributárias do movimento de contracultura. Para isso, retomam a teoria da “panela de pressão”, atribuída ao general Golbery do Couto e Silva. Segundo essa teoria, Geisel teria deixado de lado a guerra cultural, atendo-se apenas aos “terroristas”. Nas palavras de Flávio Morgenstern, um dos entrevistados, “quando Geisel, todo aquele momento da ditadura, simplesmente esqueceu a cultura de esquerda, ela vai simplesmente perseguir o terrorismo, ela deixou que a esquerda cultural contasse a história do terrorismo. Da perseguição ao terrorismo” (1964- 2019, 1h44min). Por fim, se a esquerda tinha falhado em tomar o poder através da guerrilha, triunfou através do “gramscismo” e da difusão da contracultura.

No bojo do processo de abertura, deu-se a liberalização dos partidos e a volta de políticos e intelectuais exilados, muitos dos quais entrariam para a vida pública. O projeto de anistia

passava a borracha para ambos os lados (sic), de forma que o perigo que as forças armadas haviam impedido de chegar ao poder através do golpe (1964) teria voltado como cláusulas constitucionais. Nessa narrativa criada pela Brasil Paralelo, esse é o nascimento do mito fundador da nova república. Na sua tosca interpretação, foi assim que a visão consagrada sobre uma ditadura persecutória e violenta teria se instaurado. A própria constituinte é descrita pelo narrador em termos de “pautas esquerdistas”, segundo ele

as mudanças prometidas pela classe política exigiam uma sétima constituição para o Brasil, que não só garantisse eleições diretas para presidente, mas trouxessem todos os valores defendidos por aqueles que queriam fundar o mito de uma nova república. Com a lei da anistia e a revolução cultural nas universidades, os ex guerrilheiros, intelectuais de esquerda e antigos políticos assumiram o papel de botar em pauta a nova constituinte. Com o total desgaste das lideranças conservadoras e liberais, apenas um lado protagonizou o debate e a redação que dava forma ao novo Estado do Brasil (1964-2019, 2h).

A narrativa do documentário reproduz um ideário neofascista, ruminado pela falência do neoliberalismo, que mobiliza (principalmente) as classes intermediárias da sociedade. Assim, todas as mazelas econômicas, sociais e políticas que assolam a sociedade brasileira são atribuídas ao inimigo, o “outro”. Segundo Carapanã (2018),^{xvi} a “nova direita” possui uma verdadeira obsessão com questões culturais. A ênfase dada por eles ao “bolchevismo cultural” traz consigo outras ideologias, muitas vezes próximas ao fascismo, como "a aceitação de teorias da degeneração (cultural e, no caso do mundo euroamericano, racial), a obsessão com teorias da conspiração vagas que repetem que ‘eles’ estariam tentando destruir você, ameaçar sua família, sua propriedade e sua vida. Como de costume, esse ‘eles’ precisa ser vago, amplo e maleável" (Carapanã, 2018, p. 39). A difusão desse ideário no Brasil não é algo novo, mas tem ganhado projeção e pautado o debate público em determinados espaços, como as mídias digitais. Tendo em vista que instrumentalizam uma narrativa histórica para legitimar seus discursos, é um compromisso ético dos Historiadores travar combates pela história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda por história por parte do público leigo tem sido suprida por profissionais não treinados no ofício do historiador. Diante disso, é urgente que os historiadores tomem seu lugar nos debates sobre história pública. Não se quer aqui defender que os historiadores sejam os “donos” do passado, na verdade, qualquer um pode escrever história – apesar de que nem

todas tenham o mesmo valor. Nesse sentido, sobre a valorização do conhecimento histórico, concordamos com Malerba (2014, p. 44):

há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica. [...] Esses mesmos protocolos de exigência devem ser aplicados a toda historiografia, acadêmica ou não.

Destaca-se aqui a necessidade de se desenvolverem mais estudos sobre o tema, tendo em vista o impacto que as mídias alternativas e as redes sociais têm na formação dos estudantes de História na educação básica, principalmente. Os adolescentes têm muito contato com as redes sociais, terreno privilegiado pelos negacionistas para difundirem negacionismo travestido de verdade. Muitas vezes, este material tem sido utilizado para pesquisa de conteúdo de História.

Contrapondo-se à perspectiva saudosista e negacionista do regime civil-militar defendida pela Brasil Paralelo no filme *1964 – Brasil entre armas e livros*, procurou-se aqui apresentar um olhar crítico. Como foi discutido até aqui, a ditadura que se implantou no Brasil a partir de 1964 representava interesses de classe, que não estavam dispostas a perder parte de seus privilégios, levando a cabo um projeto de modernização conservador, autoritário e antagônico com a democracia.

Mas por que produzir uma visão negacionista? Por qual motivo criar uma tentar memória “positiva” de um período tão brutal, repressivo e persecutório? A narrativa veiculada através do filme coaduna com discursos recorrentes nas pautas da extrema direita neofascista, da qual a Brasil Paralelo é um bastião ideológico. O sucateamento da educação caminha abraçado ao descrédito que impõem às universidades e ao saber científico. Os ataques constantes à democracia, à constituição, às urnas eletrônicas, à educação, à ciência e aos movimentos sociais demonstra que a narrativa veiculada pelo filme está muito atrelada a uma visão de mundo que se quer defender no presente. Apesar de se intitularem “revisionistas”, o que fazem é um “negacionismo” barato a fim de tornar palatável o ideário “neofascista” que vem crescendo nos últimos anos e dominando o debate público.

Ressalta-se ainda que o uso do audiovisual não é necessariamente o problema, pois quando utilizado de maneira ética e responsável pode ajudar no acesso do público mais amplo à História Pública de qualidade.^{xvii} Portanto, é necessário trazer a discussão histórica e historiográfica para o debate público. É preciso combater as muitas visões “paralelas” que se

tem produzido sobre o passado, mas que legitimam o presente e orientam o futuro. Por isso, é preciso ser intransigente na defesa de uma educação pública de qualidade. No tocante ao documentário, é urgente o combate a essa memória saudosista de um período tão brutal da história do Brasil. Parafraseando Belchior, o passado é uma roupa que não nos serve mais, por isso, precisamos todos rejuvenescer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGU, Esther Solano (Org). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n.50, p.111-119, 2020.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou Negacionismo? A ditadura civil-militar no filme “1964 – O Brasil entre armas e livros (2019)”. In: **Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação**, 42, 2019, Belém.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Carlos Zacarias de Sena Júnio, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGU, Esther Solano (Org). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, ed. atualizada e revisada, 2019.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia e reformas: A conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LUIZ, Isabella Ferreira. Negacionismo em rede: a negação da escravidão e da ditadura militar no Brasil ganhou a internet. In: XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR): O Futuro do Futuro do Ensino de História, II Encontro do ProfHistória UEM e XXIV Semana de História DHI/UEM, 2020. Anais Eletrônicos do XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR): O Futuro do Futuro do Ensino de História, II Encontro do ProfHistória UEM e XXIV Semana de História DHI/UEM. Maringá, 2020.

LOBO, Arthur Henrique Lux. No vácuo do passado: O Brasil entre armas, livros e narrativas. **Expedições Morrinhos**, 14, p. 150-166, fev. – jul. 2022.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**. n. 15, ago.2014, p. 27-50.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOURÃO, M. A verdade da direita: a produção audiovisual de memória sobre a ditadura. **Avanca Cinema International Conference**. 2019, Avanca, p. 432 - 440, 22 jul. 2019.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na crise do populismo: Utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PIMENTEL, Luiz. **Ditadura. Coleção O que é?** São Paulo: Lafonte, 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “Seria isso fazer história pública?”: Ações e reflexões docentes na construção de um ensino democrático. In: MENESES, Sônia; WANDERLEY, Sonia Maria; MELO, Rosilene Alves (Orgs.). **Ensinar com História pública: desafios, temas e experiências**. Sobral-CE: Sertão Cult, 2022.

RÜSEN, Jorn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: Uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. oct. 1992. Tradução para o português por Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starcke. Revisão da tradução: Maria Auxiliadora Schmidt. 1992.

SANTOS, Fernanda A. M; OBREGÓN, Marcelo F. Q. A ascensão dos partidos políticos de extrema direita na Europa: Os possíveis reflexos desse fenômeno para a União europeia. **Derecho y Cambio Social**, N.º 56, ABR-JUN 2019.

SILVA, Fabricio Pereira da. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 165-178, 2018.

SILVA, Hélio. **O golpe de 1964: 1964-1968. História da República Brasileira**. São Paulo: Editora Três, 1998.

SILVA, Samira da; ZAMPARETTI, Bruna Caetano. Revisionismo, História e Negacionismo: Uma análise a partir das produções midiáticas do Brasil Paralelo. Artigo – Graduação em Licenciatura em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). 2021.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

STEPAN, Alfred. **Os militares: Da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e Revisionismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Carlos Zacarias de Sena Júnio, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

VALIM, P; AVELAR, A; BEVERNAGE, B. Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso: 05 de nov. de 2023.

FONTE

BRASIL PARALELO. 1964: O Brasil entre armas e livros. Produção: Brasil Paralelo. Brasil, 2019. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=22s&ab_channel=BrasilParalelo. Acessado em 23 de mai. de 2023.

NOTAS

ⁱ Disponibilizamos o site da referida aba para consulta. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/sobre?utm_medium=home. <https://www.brasilparalelo.com.br/>. Acesso: 23 de maio de 2023.

ⁱⁱ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/>. Acesso: 23 de maio de 2023.

ⁱⁱⁱ A Lei nº 8.313/1991, também conhecida como Lei Rouanet, dispõe sobre a captação e canalização de recursos de fomentação à cultura. Para mais informações: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm. Acesso: 09 de nov. de 2023. Já a Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, tem caráter emergencial no setor cultural em virtude dos efeitos da pandemia de covid-19. Para mais, ver: <http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio-cultura/lei-paulo-gustavo/>. Acesso: 09 de nov. de 2023.

^{iv} O Instituto Liberal foi criado pelo empresário Donald Stewart Jr. em 1983, no Rio de Janeiro. Já teve à frente figuras como Rodrigo Constantino e Lucas Berlanza (atual diretor), além de ter contribuído para a criação de outros institutos. Em seu conselho de mantenedores constam diversas figuras do empresariado brasileiro, como Flávio Rocha e Jorge Gerdau. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso: 09 de nov. de 2023. O Instituto Von Misses Brasil foi fundado em 2007, voltado à produção e disseminação de estudos econômicos e sociais. <https://mises.org.br/quem-somos>. Acesso: 09 de nov. de 2023. Por sua vez, o Instituto Milenium foi criado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade. <https://institutomilenium.org.br/sobre/>. Acesso: 09 de nov. de 2023. Em comum, são *think tanks* que defendem os princípios do neoliberalismo, como o livre mercado e sua ordem “natural”, livres de interferência governamental. A rigor, representam o grande empresariado brasileiro.

^v Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=22s&ab_channel=BrasilParalelo. Acesso: 05 de nov. de 2023.

^{vi} O Chile sob a ditadura de Pinochet foi pioneiro na implantação desse modelo econômico, a partir de 1973. A Bolívia também se constituiu uma experiência piloto dessas ideias, a partir de 1985, ambas resultando em fracasso econômico. Mas são experiências excepcionais, tendo em vista que a virada se deu de fato a partir da década de 1990.

^{vii} Os termos “renovadores” e “refundadores” são utilizados por Silva (2018) para se referir à guinada das esquerdas na América Latina, conhecida como “onda rosa”. A diferença é que os últimos se referem a países que se estabeleceram em uma conjuntura de crise política e social, permitindo modificações mais profundas em termos institucionais, como foi o caso da Venezuela, Bolívia e Equador; enquanto os primeiros se referem ao demais países, que mesclavam políticas sociais-liberais com políticas liberais de mercado.

^{viii} O documentário encontra-se disponível em plataformas de streaming e no You Tube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=22s&ab_channel=BrasilParalelo. Acesso: 23 de maio de 2023.

^{ix} Também chamados de *think tanks* (grupos de reflexão), esses grupos objetivam influenciar a opinião pública com estratégias de orientação do senso comum. Entre os mais importantes e conhecidos no Brasil está o Instituto Mises Brasil.

^{ix} Na verdade, segundo Mourão (2019), o documentário constrói a memória da direita sobre o golpe e a ditadura.

^x Para Buzalaf (2019), falar em “revisionismo” para caracterizar a produção da Brasil Paralelo é um eufemismo para o negacionismo praticado por eles.

^{xi} Segundo Figueiredo (2014), naquele contexto, havia um fraco compromisso com o modelo de democracia representativa tanto da direita quanto da esquerda. Porém, deve-se ressaltar que na correlação das forças políticas, a “esquerda” não estava em condições de impor uma ditadura. Principalmente, os segmentos de esquerda a que ela se refere não tinham João Goulart à frente. Portanto, ela não faz coro a essas visões “revisionistas”.

^{xii} Observe-se que a reforma agrária, a despeito do pavor que gerou, visava ao uso capitalista da terra, descartando-se a perspectiva de “comunicação do país” (OLIVEIRA, 2014). Seu objetivo, na verdade, era evitar “convulsões sociais” (TOLEDO, 2014).

^{xiii} Mantega (1991) esclarece que não havia um antagonismo entre o imperialismo e a burguesia nacional, desde que não atravancasse o processo de industrialização interna. Na verdade, eram mesmo entusiastas dos investimentos estrangeiros.

^{xiv} Um exemplo recente dessa oposição se deu na CPI do MST, que tinha como relator o ex-ministro do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro (PL), Ricardo Sales. A referida CPI pretendia criminalizar o movimento, encampando a oposição da extrema direita ao governo Lula (PT). Para mais, ver: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/27/cpi-do-mst-acaba-com-derrota-de-salles-e-escancara-fracasso-da-extrema-direita>. Acesso: 05 de nov. de 2023.

^{xv} Nessa lógica de argumentação – ou na falta dela – as perseguições e a repressão não aparecem como política de Estado, mas estratégia válida contra o “terrorismo”, inclusive, utilizada da mesma maneira por ambos os lados.

^{xvi} Carapanã é o pseudônimo utilizado por um anônimo, autor da página “*Eh várzea*” e bastante atuante nas mídias digitais, como *podcasts* e *twitter*.

^{xvii} Aqui ficam indicações de filmes, canais de *you tube* e *podcasts* que trabalha a consciência crítica do público e dialogam com a historiografia – mesmo aqueles que não são historiadores: Canal ObrigahISTÓRIA, canal História Cast, canal Brasil Escola, Podcast da Anpuh FM, filme “Batismo de Sangue” (Helvécio Ratton, 2007), filme “O dia que durou 21 anos” (Camilo Tavares, 2013), filme Vala Comum (João Godoy), entre muitos outros que poderiam aqui ser citados.